

Falta de Luz Como um Imposto

Rubens Penha Cysne
3/2/98

Em um de seus escritos, Milton Friedman referiu-se aos três demônios: o demônio do monopólio estatal, o demônio do monopólio privado não regulado e o demônio do monopólio privado regulado. No Rio de Janeiro, dadas as recentes privatizações da CERJ e da Light, encontramos-nos em plena transição demoníaca. Passamos do monopólio estatal para o monopólio privado não regulado e agora, com a ANEEL devidamente instalada, estamos indo em direção ao terceiro demônio, o do monopólio privado regulado.

Neste mundo infernal, o único anjo à vista reside na concorrência entre fornecedores. Mas este expediente, já alcançado pelos ingleses, que podem escolher de quem comprar energia elétrica, ainda está distante de nossa realidade. Embora os respectivos marcos regulatórios já tenham estabelecido, no Brasil, o livre acesso a terceiros das redes de transmissão e distribuição, os custos envolvidos na troca de fornecedor são ainda proibitivos para os consumidores. A esmagadora maioria daqueles que aqui residem não têm de fato outra opção como fornecedores de energia que não a Light ou a CERJ.

No monopólio atual, responsável, vez ou outra, por fábricas que param, comerciantes que fecham suas portas, técnicos que têm seu trabalho interrompido, elevadores que prendem seus ocupantes, alimentos perecíveis que se perdem, telenovelas ou jogos de futebol que não se assistem e outros, os atores do jogo são quatro: o governo, as empresas distribuidoras, a ANEEL e o consumidor.

O consumidor pessoa física, calado ou não, limita-se a sofrer. O consumidor pessoa jurídica, por sua vez, lucra menos e, com reduzida competitividade, exporta menos e pode se ver compelido a reduzir salários.

A ANEEL, que já deveria estar presente desde o início do campeonato, tendo em vista que a eficiência de qualquer agência regulatória demanda um aprendizado que só se consegue com a experiência, entrou apenas no jogo final, e quando o time já perdia de um a zero. Um dos zagueiros do governo, seguindo fielmente as instruções do técnico, posicionou-se no ataque e deixou a privatização passar antes mesmo da instalação da agência regulatória. Resta saber porque o técnico deu esta ordem.

O técnico deu esta ordem porque precisava e precisa ganhar tempo. Primeiro, devido à incapacidade do Estado de prover os recursos suficientes para os imediatos e necessários investimentos no setor de energia, sem os quais os riscos de um desabastecimento tornam-se demasiado elevados. Segundo, porque as receitas de privatização, elevando os investimentos estrangeiros no país, permitem, ao mesmo tempo, alívio no financiamento público e nas contas externas.

Aos olhos do cidadão, a ordem é vender primeiro e perguntar (ou regular) depois. É claro que várias salvaguardas concorrenciais e regulatórias foram efetuadas durante o processo de privatização. Os funcionários públicos encarregados de zelar pela privatização compõem um quadro de indiscutível excelência técnica e zelo nas suas atribuições. Mas os efeitos práticos de tais salvaguardas ainda estão por se fazer sentir.

Regulação sim, defesa da concorrência sim. Mas a prioridade na privatização tem sido a contenção de despesas de investimento com as ex-estatais e a obtenção das receitas de venda. E, como se sabe, é muito mais lucrativo vender ativos acompanhados de algum poder de monopólio do que vender apenas ativos. Principalmente quando a regulação de tal poder de monopólio se encontra ainda em gestação.

Nestes termos não seria de todo incorreto visualizar-se parte dos problemas do inadequado suprimento de energia elétrica no estado do Rio (bem como em outros estados) como um imposto adicional criado pelo governo. O que este arrecadou a mais na privatização, relativamente ao que se teria arrecadado, tivesse o leilão sido efetuado com as devidas amarras da regulação e da defesa da concorrência, o consumidor recebe agora a menos nos serviços de fornecimento de energia. O valor do imposto se calcula pela diferença entre um serviço de qualidade e aquele efetivamente recebido.

Pode-se visualizar os compradores da Light e da CERJ neste caso como uma espécie de agente da Receita. O que pagaram a mais ontem, relativamente ao que teriam pago se os serviços a serem providos fossem eficientes, entregam a menos hoje, seja nos preços (que aumentaram) ou na qualidade dos serviços. Tudo se passa como se tivessem pago para adquirir, durante um certo período de tempo, o direito à ineficiência assegurada pelo monopólio não regulado.

À ANEEL, recém-criada, foi reservado o papel de bode expiatório. Colocaram o recém-nascido como responsável pela maternidade. Sua Diretoria tem se mostrado dedicada e atenta. Mas serão várias as armadilhas em seu caminho. Sua atribuição de mediação de conflitos exigirá uma postura extremamente técnica, cautelosa, distante das pressões políticas, e de total isenção. Caso contrário, correremos um risco bem maior de ficar sem energia no futuro. E o governo de arrecadar menos com as privatizações. Capitais privados odeiam instabilidade. O tempo passou e nos tornamos reféns. Dos investimentos privados em energia e de capitais externos.

Esta tática de taxar os consumidores de energia elétrica, como interpretamos neste artigo toda esta sequência de problemas reportados diariamente pelos mesmos, é discutível. Penalizam-se mais aqueles mais dependentes do bem em questão (energia elétrica), gerando iniquidade. Reduz-se também a competitividade na produção local, seja perante outros estados ou perante outros países. O cidadão perde como consumidor e possivelmente também em seu salário, que pode ser reduzido como contrapartida da queda de produtividade. Em adição, estabelece-se uma percepção negativamente distorcida da privatização aos olhos do público, o que pode provocar um retrocesso nesta estratégia.

O saldo final, entretanto, pode ser positivo para o país como um todo. Primeiro, porque tais problemas deverão ser apenas temporários, até que as agências regulatórias tenham tempo de tomar o controle da situação e que os investimentos, que já estão sendo efetuados, gerem seus benefícios. Segundo, porque a privatização gerará ganhos de outras naturezas.

Em adição, nosso técnico vem de uma campanha bem superior àquelas de seus antecessores. Esperemos apenas que, ganhando o jogo em novembro deste ano, ele efetue as necessárias reformas. Caso contrário, teremos grandes dificuldades à frente.

Rubens Penha Cysne é Diretor de Pesquisas e Diretor do Centro de Estudos de Reforma do Estado da EPGE/FGV